

## Alerta Legislação, nº 43, de 21 a 26 de outubro de 2013

### Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca  
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

### DESTAQUES

#### Governo Federal

- **LEI Nº 12.871, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013**  
Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis [nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#), e [nº 6.932, de 7 de julho de 1981](#), e dá outras providências.

#### Governo do Estado de São Paulo

- **LEI Nº 15.179, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013**  
Garante às pessoas idosas, maiores de 60 (sessenta) anos, gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros de característica rodoviária convencional, e dá outras providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
25/10/2013	<p><b><u>LEI Nº 12.873, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, instituído pela <a href="#">Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011</a> [...]</p> <p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 626, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00, para o fim que especifica. [...] ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito UNIDADE: 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação [...]</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.131, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Dispõe sobre o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, instituído pela <a href="#">Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010</a>.</p>
24/10/2013	<p><b><u>DECRETO Nº 8.129, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal; dispõe sobre a atuação da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias</p>

	S.A., para o desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário; e dá outras providências.
<b>23/10/2013</b>	<p><b><u>LEI Nº 12.871, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis <a href="#">nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993</a>, e <a href="#">nº 6.932, de 7 de julho de 1981</a>, e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.127, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o <a href="#">Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003</a>, e o <a href="#">Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002</a>, e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 8.126, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre a emissão do registro único e da carteira de identificação para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, de que trata a <a href="#">Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013</a>.</p>
<b>22/10/2013</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 8.125, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004</a>, que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior.</p>
<b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b>	<b>MARGINÁLIA FEDERAL</b>
<b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b>	<p><b><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2013(*)</u></b>  Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Leticia, em 20 de julho de 2008.  (*) O texto do Memorando de Entendimento acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 2 de agosto de 2013.</p> <p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 57, DE 2013</u></b>  [...] a <a href="#">Medida Provisória nº 625, de 2 de setembro de 2013</a>, publicada no Diário Oficial da União no dia 3, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.  Congresso Nacional, em 23 de outubro de 2013  <b>Senador RENAN CALHEIROS</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<b>Atos do Senado Federal (SF)</b>	<p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 45, DE 2013</u></b>  Altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o envio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das mensagens propondo perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor.</p>

<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 395, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Regulamenta o parcelamento extraordinário de que trata o art. 65 da <a href="#">Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010</a>, em virtude da edição da <a href="#">Lei n.º 12.865, de 09 de outubro de 2013</a> e dá outras providências.</p> <p><b>CASA CIVIL (CCPR)</b>  – Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas (CG ICP-BRASIL)  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 101, DE 9 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Autoriza procedimento específico para atendimento à emissão de certificados digitais para assinar digitalmente os documentos de viagem brasileiros.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 100, DE 9 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Altera a Resolução nº 96, de 27 de setembro de 2012, que aprova o Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital, no âmbito da Icp-Brasil (DOC-ICP-10).</p> <p><b>CONSELHO DE GOVERNO</b>  – Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 89, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Altera para 2% (dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 88, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Altera para 2% (dois por cento) a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre Bem de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifário.</p> <p><b>SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SEPM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 113, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Institui a Política de Gestão de Pessoas da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República</p>
<p><b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</b></p>	<p><b>COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA (CIMGC)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 11, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Altera o art. 3º da Resolução CIMGC nº 1, de 11 de setembro de 2003, que estabelece os procedimentos para aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL (CONCEA)</b>  <b><u>ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 3, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Orienta sobre os critérios, os documentos e os procedimentos a serem observados para a solicitação de Credenciamento Institucional para Atividades em Ensino ou Pesquisa - CIAEP, de que trata a Resolução Normativa nº 3, de 14 de dezembro de 2011.</p>
<p><b>Ministério da Defesa (MD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 2.978/MD, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processamento Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2014.</p>

	<p><b><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 2.975/MD, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p> <p>Disciplina, no âmbito do Ministério da Defesa, os procedimentos de lavratura do Termo de Classificação de Informação (TCI), de classificação, desclassificação, reclassificação ou reavaliação da informação, de remessa de TCI à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), de elaboração e atualização das listas das informações classificadas e desclassificadas, e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério da Educação (MEC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p> <p>Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução e supervisão de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade a ser firmado entre o Ministério da Educação e as entidades beneficentes de assistência social da área de educação que tiverem seus pedidos de renovação e ou concessão de certificados indeferidos unicamente por não terem cumprido o percentual de gratuidade ou o número mínimo de bolsas de estudo previsto nos arts. 13, 13-A e 13-B da <a href="#">Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009</a>, e suas alterações, conforme art. 17 da referida Lei.</p> <p><b><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011(*)</u></b></p> <p>Dispõe sobre o aditamento de renovação semestral dos contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.</p> <p>(*) Republicada em razão de determinação contida no Art. 4º da Portaria Normativa MEC nº 20, de 16 de agosto de 2013.</p>
<p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)</b></p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 9, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p> <p>Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos ao IRPJ e à CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da <a href="#">Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001</a>, na forma do art. 40 da <a href="#">Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013</a>.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 8, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p> <p>Dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e à Cofins, na forma do art. 39 da <a href="#">Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013</a>.</p> <p><b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)</b></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.406, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p> <p>Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) e o Programa Gerador da Dirf 2014 (PGD Dirf 2014).</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.405, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p> <p>Substitui o Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.215, de 15 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Comprovante de Rendimentos pagos e do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.404, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p> <p>Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.361, de 21 de maio de 2013, que dispõe sobre a aplicação dos regimes aduaneiros especiais de admissão temporária e exportação temporária.</p>

<p><b>Ministério da Justiça (MJ)</b></p>	<p><b>SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (SENAD)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 70, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Institui as diretrizes para a celebração de termos de cooperação técnica entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD e os Órgãos Gestores Estaduais, responsáveis pela coordenação das políticas sobre drogas, a fim de descentralizar o acompanhamento da execução, fiscalização e controle das vagas das entidades contratadas para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.</p>
<p><b>Ministério da Previdência Social (MPS)</b></p>	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 356, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre o Cartão de Identidade Funcional dos servidores ativos integrantes do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 355, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Plano de Ação para o exercício de 2014 do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.</p>
<p><b>Ministério da Saúde (MS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 2.477, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre a emissão do número de registro único para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e a respectiva carteira de identificação.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 2.460, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.504/GM/MS, de 23 de julho de 2013, que institui a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 2.457, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Estabelece recursos financeiros destinados aos Hospitais Universitários Federais.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)</b>  – Diretoria Colegiada (DC)  <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 338, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999; fixa as diretrizes de atenção à saúde; revoga as Resoluções Normativas - RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010, RN nº 262, de 1 de agosto de 2011, RN nº 281, de 19 de dezembro de 2011 e a RN nº 325, de 18 de abril de 2013; e dá outras providências.</p> <p><b>FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 1.207, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Aprova critérios de elegibilidade e prioridade para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Aperfeiçoamento</p>

	<p>do Sistema Único de Saúde no que se refere à Ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.203, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Aprova os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do programa de Resíduos Sólidos Urbanos, no que se refere à implantação de sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos.</p> <p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 1.158, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Remaneja recursos destinados ao custeio da execução dos Procedimentos Cirúrgicos eletivos no Estado de São Paulo.</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 582, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013</u></b>  Acrescenta dispositivos, altera redação e acrescenta parágrafo único ao art. 92 da Resolução Normativa n. 417, de 23 de novembro de 2010, que estabelece procedimentos para a delegação de competências da ANEEL para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</b></p>	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 588, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Institui o Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI) no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 116, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o seu cofinanciamento federal, por meio do Piso Básico Fixo, e dá outras providências.</p> <p><b>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SESAN)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 62, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 61, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Estabelece as normas que regem o Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA - Leite.</p>
<p><b>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 1.685, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Institui o Programa de Incentivo Educacional e dá outras providências.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 9, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Disciplina os procedimentos administrativos para o processamento de pedidos efetuados junto ao Conselho Nacional de Imigração.</p>

	<p><b><u>RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, DE 12 DE MARÇO DE 2013</u></b> Fica criada a Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificada.</p>
<p><b>Publicação DOE-SP</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b></p>
<p><b>PUBLICAÇÃO DOE</b></p>	<p><b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b></p>
<p><b>26/10/2013</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 59.664, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Cria o Programa e o Cartão de Benefícios para os Usuários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.663, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, a Unidade Recomeço Helvétia e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.662, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Substitui o Subanexo 36 do Anexo IV do <a href="#">Decreto nº 34.915, de 6 de maio de 1992</a>, que fixa diretrizes e identifica unidades para fins de concessão das gratificações instituídas pela <a href="#">Lei Complementar nº 674, de 8 de abril de 1992</a>, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.661, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Altera o Anexo a que se refere o artigo 1º do <a href="#">Decreto nº 58.940, de 5 de março de 2013</a>, que dispõe sobre a identificação de áreas das unidades da Secretaria da Saúde, para fins de atribuição de "pro labore" de que trata o artigo 20 da <a href="#">Lei Complementar nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013</a>, e dá providências correlatas <b>DOE, Seção I, 26/10/2013, p. 4</b></p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.660, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Transfere da administração da Secretaria do Meio Ambiente para a da Secretaria de Agricultura e Abastecimento os imóveis e áreas que especifica, situados no Parque "Dr. Fernando Costa", em São Paulo</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.657, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto 51.624, de 28-02-2007</a>, que institui regime especial de tributação pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes da indústria de informática</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.656, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Altera o <a href="#">Decreto 57.686, de 27 de dezembro de 2011</a>, que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS por contribuinte que realize saídas de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, gado e leporídeos</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.655, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -</p>

	<p>RICMS</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.654, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.653, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e dá outras providências</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.652, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.651, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.650, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta, visando o levantamento do Balanço Geral do Estado do exercício de 2013, e dá providências correlatas</p>
<p><b>25/10/2013</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 59.545, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013</u></b>  <b>(Publicado novamente por ter saído com incorreções)</b>  Institui o "Programa de Incentivo à Infraestrutura de Saúde - SAÚDE SP" objetivando auxiliar na recuperação financeira e na realização de projetos de investimento das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p>
<p><b>24/10/2013</b></p>	<p><b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.213, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Cria cargos no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária, altera a <a href="#">Lei Complementar nº 898, de 13 de julho 2001</a>, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>LEI Nº 15.180, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  (Projeto de lei nº 5/13, do Deputado Pedro Tobias - PSDB)  Obriga os estabelecimentos civis destinados à formação de bombeiro civil a obter prévia habilitação pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>LEI Nº 15.179, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Garante às pessoas idosas, maiores de 60 (sessenta) anos, gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros de característica rodoviária convencional, e dá outras providências correlatas</p> <p><b><u>LEI Nº 15.173, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b></p>

	<p>(Projeto de lei nº 1119/11, do Deputado Ed Thomas - PSB) Institui a "Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas"</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.642, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Dá nova redação a dispositivo do <a href="#">Decreto nº 58.786, de 21 de dezembro de 2012</a>, que dispõe sobre o Conselho de Orientação do Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.641, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Organiza a Circunscrição Regional de Trânsito de Registro e dá providências correlatas</p>
<b>23/10/2013</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 58.940, DE 5 DE MARÇO DE 2013</u></b> <b>Retificação do D.O. de 6-3-2013</b> No Anexo, leia-se como segue e não como constou: ANEXO a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.940 de 5 de março de 2013 Identificação e quantificação das funções "pro labore" de que trata o artigo 20 da <a href="#">Lei Complementar nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013</a>, específica da classe de Médico [...]</p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.631, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013</u></b> Dá nova redação ao artigo 5º do <a href="#">Decreto nº 59.609, de 16 de outubro de 2013</a>, que fixa o valor da diária de alimentação, prevista na alínea "h" do artigo 91 do <a href="#">Decreto-Lei nº 15.620, de 29 de janeiro de 1946</a></p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Cultura (SC)</b>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <b><u>RESOLUÇÃO SC Nº 96, DE 14-10-2013</u></b> Autoriza o afastamento de servidores públicos estaduais para participação em Congresso</p>
<b>Educação (SE)</b>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <b><u>RESOLUÇÃO SE 73, DE 22-10-2013</u></b> Dispõe sobre a participação no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, instituído pela <a href="#">Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007</a>, de entidades paulistas de educação, sem fins lucrativos, certificadas como beneficentes, constantes do Sistema de Cadastro de Escolas da Secretaria da Educação</p>
<b>Fazenda (SF)</b>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <b><u>RESOLUÇÃO SF 67, DE 24-10-2013</u></b> Dispõe sobre os procedimentos e os critérios relativos ao processo de progressão dos ocupantes dos cargos da classe de Técnico da Fazenda Estadual.</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <b>SUPLEMENTO</b> <b><u>NOTIFICAÇÃO</u></b> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto</p>

	<p>devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s) [...]</p> <p><b>FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM)</b>  <b><u>PORTARIA DO DIRETOR PRESIDENTE, DE 22-10-2013</u></b>  Institui a Política de Segurança de Tecnologia da Informação da FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO-SP-PREVCOM.</p>
<b>Meio Ambiente (SMA)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SMA-102, DE 17-10-2013</u></b>  Estabelece a classificação e os procedimentos para o licenciamento ambiental de estruturas e instalações de apoio náutico no Estado de São Paulo e dá outras providências</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA-105, DE 24-10-2013</u></b>  Estabelece critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentáveis de espécies nativas do Brasil no Bioma Mata Atlântica, no Estado de São Paulo</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO GSTIC/SMA-01, DE 03-10-2013</u></b>  Define a tecnologia predominante para suportar o desenvolvimento de Sistemas de Informação no âmbito do Sistema Ambiental Paulista e dá outras providências</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA Nº 100, DE 17-10-2013</u></b>  Regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objeto de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA</p>
<b>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</b>	<p><b>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)</b></p> <p><b><u>PORTARIA DETRAN-1942, DE 21-10-2013</u></b>  Relaciona e indica condutores notificados no mês de outubro de 2013, consoante exigência prevista na Portaria Detran-767, de 2006</p>
<b>Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS - 111, DE 25-10-2013</u></b>  Institui Grupo Técnico de Trabalho para elaboração do Projeto Cartão SUS/SP, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e dá outras providências.</p>
<b>Segurança Pública (SSP)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SSP-162, DE 25-10-2013</u></b>  Dispõe sobre a delegação de competência para a contratação de Guardas Vidas por Tempo Determinado e dá providências correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SSP-161, DE 25-10-2013</u></b>  Altera a Resolução n. 81, de 2013, que trata da reorganização do Procarga, e dá outras providências</p> <p>– Corregedoria Geral da Polícia Civil  <b><u>PORTARIA CGPC-10, DE 18-10-2013</u></b></p>

	Institui e organiza a Equipe Corregedora de Combate a Facções Criminosas – ECOFAC, no âmbito da Corregedoria Geral da Polícia Civil – Corregedoria
<b>Publicação DOE - Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>26/10/2013</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <u><b>PROJETO DE LEI Nº 777, DE 2013</b></u>  Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, e seus componentes, no Estado de São Paulo, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais: Municipal, Estadual ou Federal, e dá outras providências.  <b>DO Legislativo, 26/10/2013, p. 22</b></p> <p><u><b>PROJETO DE LEI Nº 776, DE 2013</b></u>  Proíbe a cobrança de valor adicional por parte das prestadoras de serviço de TV por assinatura dos chamados pontos extras de acesso à programação.  <b>DO Legislativo, 26/10/2013, p. 22</b></p> <p><b>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)</b>  <u><b>COMUNICADO SDG Nº39 /2013</b></u>  A SDG torna público o volume de processos julgados no 3º trimestre do corrente exercício, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras, bem como por Julgador Singular.  SDG, em 25 de outubro de 2013.  <b>Sérgio de Castro Jr.</b>  SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO  <b>DO Legislativo, 26/10/2013, p. 31</b></p>
<b>25/10/2013</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <u><b>PROJETO DE LEI Nº 772, DE 2013</b></u>  Institui a semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais no Estado de São Paulo e dá outras providências  <b>DO Legislativo, 25/10/2013, p. 15</b></p>
<b>24/10/2013</b>	<p><b>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</b>  <u><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 567, DE 2012</b></u>  <b>Mensagem A-nº 185/2013, do Senhor Governador do Estado</b>  [...] A proposição, de origem parlamentar, dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e os símbolos de cuidados de limpeza, tratamento e conservação dos produtos de couro destinados ao consumidor final. [...]</p> <p><u><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 471, DE 2012</b></u>  <b>Mensagem A-nº 184/2013, do Senhor Governador do Estado</b>  [...] De iniciativa parlamentar, a proposição institui o programa “Lições de Primeiros Socorros” na educação básica da rede escolar em todo o Estado. [...]</p> <p><u><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 307, DE 2012</b></u>  <b>Mensagem A-nº 183/2013, do Senhor Governador do Estado</b>  [...] De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre o</p>

monitoramento da qualidade das caixas de areia em propriedades públicas e privadas, nas condições que especifica. [...]

**VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.119, DE 2011**

**Mensagem A-nº 182/2013, do Senhor Governador do Estado**

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura institui a “Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas”, que ocorrerá, anualmente, na última semana do mês de junho. [...]

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 564, DE 2010**

**Mensagem A-nº 181/2013, do Senhor Governador do Estado**

[...] Oriunda desse parlamento, a medida tem por objetivo instituir o Plano Estadual de Controle e Construção de Equipamentos de Represamento de Água. [...]

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2008**

**Mensagem A-nº 180/2013, do Senhor Governador do Estado**

[...] De iniciativa parlamentar, a medida institui o Programa Qualidade de Vida da Mulher durante o climatério, determinando a sua implantação nas unidades de saúde do Estado ou em entidades conveniadas, sob a coordenação da Secretaria de Saúde (artigos 1º e 2º). [...]

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 769, DE 2013**

Obriga os produtos comercializados no Estado de São Paulo a indicar em suas embalagens a utilização de testes em animais na produção e estudo de seus produtos.

**DO Legislativo, 24/10/2013, p. 27**

**PROJETO DE LEI Nº 768, DE 2013**

Dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde da Criança (PESC)

**DO Legislativo, 24/10/2013, p. 27**

**PROJETO DE LEI Nº 767, DE 2013**

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade e a autorização de eventos de artes marciais mistas - MMA e dá outras providências no âmbito do Estado de São Paulo

**DO Legislativo, 24/10/2013, p. 27**

22/10/2013

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 760, DE 2013**

Institui a Política de Mobilidade Sustentável e Incentivo ao uso da bicicleta e dá outras providências.

**DO Legislativo, 22/10/2013, p. 24**

**MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2010**

**Mensagem A-nº 178/2013, do Senhor Governador do Estado**

[...] A propositura, de origem parlamentar, impõe aos fabricantes e comerciantes de dispositivos sonoros portáteis, comercializados no Estado de São Paulo, a obrigatoriedade de inserção nos aparelhos, embalagens, manuais e propagandas impressas de alerta ao usuário quanto aos riscos de comprometimento total ou parcial da audição que a utilização prolongada em determinado volume sonoro, por meio de fone de ouvido, pode causar. [...]

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 237, DE 2012**

### **Mensagem A-nº 177/2013, do Senhor Governador do Estado**

[...] De origem parlamentar, a propositura dispõe sobre a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, com o objetivo de melhorar a saúde da população masculina e reduzir a sua morbidade, considerando as suas peculiaridades socioculturais (artigos 1º e 2º). [...]

### **VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 41, DE 2013**

#### **Mensagem A-nº 176/2013, do Senhor Governador do Estado**

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura inclui no Calendário Oficial do Estado de São Paulo o “Dia Estadual do Ovo”, a ser comemorado, anualmente, na segunda sexta-feira do mês de outubro, e dá outras providências. [...]

### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 57, DE 2013**

#### **Mensagem A-nº 175/2013, do Senhor Governador do Estado**

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura torna obrigatória a instalação de sistema de monitoramento de câmeras de vídeo dotado de recursos que permitam a gravação e armazenagem de arquivos por período mínimo de 180 dias, nos estabelecimentos comerciais, industriais, instituições financeiras e órgãos públicos do Estado (artigo 1º, incisos I, II e III). [...]

### **DECRETOS LEGISLATIVOS**

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.457, DE 21 DE OUTUBRO, DE 2013**

Considera regulares e aprova as contas anuais do Tribunal de Contas do Estado correspondentes ao exercício de 2012.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “h” do inciso II do artigo 18 da XIV Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte decreto legislativo:

**Artigo 1º** – São consideradas regulares e ficam aprovadas as contas anuais do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo correspondentes ao exercício de 2012, com a quitação dos Ordenadores de Despesas e a liberação do Responsável pelo almoxarifado e dos Responsáveis por Adiantamentos, exceto quanto a atos que demandem julgamento específico.

**Artigo 2º** – Arquivem-se os autos, por não caber mais nenhuma providência.

**Artigo 3º** – Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de outubro de 2013.

a) SAMUEL MOREIRA - Presidente

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.456, DE 21 DE OUTUBRO, DE 2013**

Dispõe sobre as contas do Tribunal de Contas do Estado correspondentes exercício de 2011.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “h” do inciso II do artigo 18 da XIV Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte decreto legislativo:

**Artigo 1º** – São consideradas regulares e ficam aprovadas as contas anuais do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo correspondentes ao exercício de 2011, com a quitação dos Ordenadores de Despesas e a liberação do Responsável pelo Almoxarifado e dos Responsáveis por Adiantamentos, exceto quanto a atos que demandem julgamento específico.

	<p><b>Artigo 2º</b> – Arquivem-se os autos, por não caber mais nenhuma providência.</p> <p><b>Artigo 3º</b> – Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de outubro de 2013.</p> <p>a) SAMUEL MOREIRA - Presidente</p> <p><b>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)</b>  <b><u>COMUNICADO SDG Nº 38/2013</u></b></p> <p>O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo convida os agentes políticos, dirigentes e demais responsáveis e servidores dos órgãos estaduais e municipais paulistas atuantes na área de Recursos Humanos, bem como representantes de empresas que atuem no fornecimento de solução tecnológica da área de Recursos Humanos aos referidos órgãos públicos, para reunião técnica onde será apresentada a estrutura do mais novo sistema em desenvolvimento pelo TCESP: “AUDESP – ATOS DE PESSOAL”, demonstrando a demanda de adequação do controle sistematizado de RH dos jurisdicionados.</p> <p>Nesta oportunidade serão ainda discutidos assuntos sobre os procedimentos aplicáveis à prestação de informações de pessoal, aos registros de movimentação de agentes públicos, ao gerenciamento da folha de pagamento, ao cadastro de agentes públicos, ao controle de concessão de aposentadoria/reforma/pensão, entre outros aspectos técnicos e tecnológicos relacionados ao assunto, com espaço para perguntas e respostas.</p> <p>Local: Auditório Nobre Professor José Luiz de Anhaia Mello, Anexo I, Av. Rangel Pestana 315, Centro - SP.</p> <p>Dia 04 de novembro de 2013: Reunião com órgãos municipais e as empresas fornecedoras de sistemas de controle de pessoal (RH) aos órgãos públicos municipais jurisdicionados ao TCESP.</p> <p>Horário: 14h às 17h.</p> <p>Dia 08 de novembro de 2013: Reunião com órgãos estaduais e as empresas fornecedoras de sistemas de controle de pessoal (RH) aos órgãos públicos estaduais jurisdicionados ao TCESP.</p> <p>Horário: 10h às 13h.</p> <p>As inscrições deverão ser efetuadas via Internet na página do Tribunal <a href="http://www.tce.sp.gov.br/ecp">www.tce.sp.gov.br/ecp</a>.</p> <p>SDG, 21 de outubro de 2013.</p> <p><b>SÉRGIO CIQUERA ROSSI</b>  SECRETÁRIO DIRETOR GERAL  <b>DO Legislativo, 22/10/2013, p. 39</b></p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>26/10/2013</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 54.513, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Altera a Tabela integrante do <a href="#">Decreto nº 53.657, de 21 de dezembro de 2012</a>, que fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.511, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>  Institui o Comitê Gestor Intersecretarial do Plano Juventude Viva do Município de São Paulo.</p>

25/10/2013	<p><b><u>LEI Nº 15.881, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>          (PROJETO DE LEI Nº 184/13, DO VEREADOR PAULO FIORILO - PT)          Dispõe sobre a formação do Grupo de Defesa Civil Escolar nas Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil da cidade de São Paulo e dá outras providências.</p>
24/10/2013	<p><b><u>DECRETO Nº 54.498, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013</u></b>          Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF, institui a Escola Municipal de Administração Fazendária – EMAF, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos em comissão que especifica.</p>
22/10/2013	<p><b>SUPLEMENTO</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 695/2013</u></b>          Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2014.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa

[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Júlio César de Paula - [jcdepaula@sp.gov.br](mailto:jcdepaula@sp.gov.br)

Marcelo Conti - [mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107

